

Lênin e o Legado Universalista da Revolução de Outubro

Darlan Montenegro* e Tamyres Ravache de Marco**

Resumo:

Este trabalho aborda a herança política da Revolução de Outubro, tendo como fio condutor a concepção universalista da ação revolucionária proposta por Lênin no *Que Fazer?*, que constitui um dos elementos definidores do caráter do Partido Bolchevique. Tomando como referência a tese de que a origem do projeto revolucionário é exterior à classe e ultrapassa os interesses imediatos da luta econômica, sugerimos que, a despeito das enormes diferenças em termos de contexto histórico, o embate de Lênin com os chamados "economicistas" antecipa as questões que dividem a esquerda, na contemporaneidade, entre projetos de emancipação universal e a lógica fragmentária e particularista característica de importantes movimentos sociais.

Palavras-chave: Revolução Russa; Lênin; Universalismo; Emancipação.

Lenin and the Universalist Legacy of the October Revolution

Abstract:

This article examines the political legacy of the October Revolution, guided by the universalist conception of revolutionary action proposed by Lenin in *What is to be Done?*, which constituted one of the defining characteristics of the Bolshevik Party. Based on the hypothesis that the origins of the revolutionary project are outside of class and go beyond the immediate interests of the economic struggle, we suggest that, despite the enormous difference in historical contexts, Lenin's conflict with the so-called "economicists" prefigures the disagreements that divide the left today, between projects of universal emancipation, on the one hand, and the fragmentary and particularistic logic characteristic of important social movements, on the other.

Keywords: Russian revolution; Lenin; Universalism; Emancipation.

* Doutor em Ciência Política pelo IUPERJ. Professor de Teoria Política da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica-RJ, Brasil. End. eletrônico: dmontenegro@gmail.com

** Doutoranda em Ciência Política no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil.
End. eletrônico: tamyreravache@ymail.com

Introdução

Ao completar cem anos, a Revolução Russa parece ter deixado de ter relevância, na memória política coletiva. Associada a um movimento, o comunismo, que o discurso hegemônico (expresso, principalmente, através dos grandes meios de comunicação) reputa encerrado e historicamente superado, a Revolução de Outubro deveria, em consonância com essa leitura, ser relegada aos arquivos poeirentos ou, quando muito, lembrada como exemplo negativo. Não obstante, a Revolução Russa é considerada por muitos o acontecimento singular de maior impacto na delimitação daquilo que seria o mundo do século XX. Inaugurou-se, com ela, a possibilidade efetiva de superação do capitalismo, em termos internacionais. A necessidade de enterrá-la, de difamá-la, de associá-la ao autoritarismo, aos golpes de Estado, expressa, na verdade, a sua importância. Trata-se de impedir que, naquele mesmo terreno, nasçam novos frutos.

O apagamento da Revolução de Outubro das narrativas a respeito da modernidade relaciona-se à ampla vitória política e ideológica do liberalismo, no último quarto do século passado. Em termos geopolíticos concretos, essa vitória está evidentemente associada à queda do Muro de Berlim, em 1989, e, principalmente, ao fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1991. Em termos ideológicos, ela se afirma tanto no terreno mais amplo das grandes disputas sociais, quanto no que diz respeito à conformação da própria esquerda, enquanto segmento político e social específico. No terreno amplo, essa hegemonia se expressa através do hiper-individualismo, da lógica da competição, da disseminação de valores tradicionais burgueses, em velhas ou novas roupagens, como o “empreendedorismo”, que nada mais é do que a velha crença burguesa de que o destino do indivíduo é condicionado fundamentalmente por suas próprias ações. No terreno da esquerda, por outro lado, a hegemonia liberal está associada a um crescente processo de fragmentação da ação política e ao avanço de formas de atuação referenciadas na ideia de que é impossível construir concepções de mundo e objetivos comuns ao conjunto dos segmentos dominados da sociedade (a impossível “grande narrativa”).

Essa fragmentação se expressa num abandono da crítica ao capitalismo, por parcelas expressivas dos movimentos organizados e pela adequação das pautas desses movimentos à lógica da sociedade capitalista. Seria equivocado dizer, no entanto, que é a emergência dos chamados “novos movimentos sociais” que traz consigo, de maneira inexorável, uma forma de atuar fragmentária, que se fecha à possibilidade de diálogo com o outro. Como foi afirmado acima, essa lógica corresponde, na verdade, à hegemonia política e ideológica liberal característica de nossos tempos.

O que se pretende defender neste trabalho, com base na discussão do *Que Fazer?*, publicado por Lênin em 1902 e tomado aqui como a expressão mais sintética de uma concepção política que mais tarde seria compartilhada pelo Partido Bolchevique e característica de boa parte das iniciativas tomadas pelo poder soviético em seus primeiros anos, são principalmente duas ideias. A primeira é que, guardadas as devidas proporções, a lógica da fragmentação, assentada no particularismo e no corporativismo, existe enquanto *tensão*, de forma consistente, no interior dos mais diversos movimentos sociais, sob o capitalismo, e esteve presente nas formulações dos *economicistas* russos, combatidos por Lênin no *Que fazer?*. A segunda é que, em termos ideológicos, os dirigentes da Revolução Russa abraçaram um projeto *universalista*, entendido aqui como um projeto de *emancipação universal*, que, ainda que se assentasse na ação decisiva da classe operária e de seus aliados, objetivava a superação de todas as formas de dominação social. Essa ideia de emancipação universal inscreve os Bolcheviques (como, de resto, os comunistas de uma maneira geral), na longa tradição política iniciada com os segmentos mais “radicais” do Iluminismo e configura um aspecto decisivo de sua herança, cujo resgate, nesses nossos tempos de fragmentação *identitária*, parece ser decisivo, caso se pretenda empreender movimentos daquele mesmo tipo. Em outras palavras, pensar a Revolução Russa como referência para o presente só é possível se conseguirmos tornar presente, também, a ideia de *emancipação universal* que a animou.

O lugar do Político em *Que Fazer?*

Lênin é, em ambientes acadêmicos e políticos, um autor *maldito*. Se a Revolução Russa deve ser dada por morta e enterrada, seu mais importante e inequívoco líder deve receber destino semelhante. E dificilmente se encontrará um texto de Lênin tão frequentemente difamado quanto *Que Fazer?* (Lênin, 1977), considerado a síntese dos elementos supostamente autoritários do pensamento de Lênin. O que se pretende demonstrar aqui é que há algo de potencialmente emancipatório na proposta leniniana de romper com a dissolução do partido na classe, com a primazia do mundo econômico sobre o político.

Que fazer? foi, sem dúvida, um dos textos políticos mais influentes do século XX. Surgido no contexto específico de um debate que teve lugar no interior da social-democracia russa, no início do século, tornou-se uma referência canônica para diversas gerações de militantes comunistas em todo o mundo, estendendo sua influência até os dias de hoje. Ele introduz no debate marxista uma ideia que ganharia consistência ao longo da produção teórica e da ação militante de Lênin: a de que a política possui um lugar específico, dotado de forte autonomia, na definição dos rumos históricos de uma dada sociedade, e não pode ser reduzida a

uma derivação automática do “mundo do interesse” (para usar uma terminologia anacrônica). Esta ideia é afirmada através de uma chave específica: a delimitação clara entre partido e classe e a não-redução do último às injunções da primeira.

Por outro lado, as inferências político-organizativas que Lênin deriva desta visão mais ampla da política variaram, ao longo do tempo, sempre apontando, contudo, na direção de uma conformação da ação partidária em torno de uma estrutura centralizada. *Que fazer?* é um texto especialmente marcado, como veremos mais adiante, por um viés *dirigista* que, em outros escritos, especialmente após a revolução de 1905, seria matizado – embora nunca suprimido (Claudín, 1986). Este aspecto do texto influenciou de forma inequívoca a tradição comunista do século XX.

Contribui para isso o tratamento que foi conferido ao texto por seus “canonizadores” (referimo-nos aqui especialmente à tradição stalinista, mas não apenas a ela): tratar-se-ia, de acordo com esta visão, de um texto dedicado, antes de tudo, a enumerar uma série de técnicas organizativas modelares. Esta é, parece-nos, uma inversão das questões centrais do livro: a “normatização” organizativa não é o centro da argumentação, mas uma resultante do aspecto determinante, qual seja, a necessidade de estabelecer um limite claro entre a classe (e sua ação cotidiana, presa às determinações da sociedade capitalista) e o partido, sujeito político capaz de empreender o enfrentamento com a ordem burguesa em seu conjunto.

As baterias do autor estão voltadas contra os elementos por ele identificados como portadores de uma concepção *espontaneísta* do processo político, ou seja, uma visão baseada na ideia de que o proletariado desenvolve, por si mesmo, através dos confrontos de classe com o patronato, os elementos político/ideológicos necessários para a constituição de uma política transformadora da realidade social.

Os *espontaneístas* russos, na leitura de Lênin, são os economicistas, os militantes organizados em torno do periódico *Rabócheie Dielo*. Defensores de uma ação política centrada na atividade sindical, em que o partido deve corresponder, no máximo, a um “reflexo” político da ação operária, esses militantes serão, nesse momento, os adversários preferenciais de Lênin na constituição de seu projeto de um partido de vanguarda, composto por um corpo de revolucionários profissionais e organizado de forma centralizada. Mais tarde, tanto as concepções de Lênin acerca da política quanto as inferências organizativas que ele daí deriva seriam objetos do enfrentamento com os Mencheviques e alvo de críticas de dirigentes como Trótski e Rosa Luxemburgo. Quando articuladas de forma mais ampla ao debate internacional acerca do reformismo, também levarão a polêmicas com a Segunda Internacional. Por fim, quando o debate ultrapassa os limites da conformação do movimento socialista e alcança as diretrizes que definem o Estado soviético, com Kautsky.

No momento da publicação do texto (1902), porém, ainda não ocorrera a divisão interna da social-democracia russa (viria no ano seguinte) e Lênin seguia acreditando nas convicções revolucionárias dos dirigentes da Segunda Internacional. Seus argumentos se voltam, portanto, contra a crítica dos *economicistas* à direção da social-democracia, bem como contra o *revisionismo* de tipo bernsteiniano, igualmente classificados por Lênin como “oportunistas”.

Lênin inicia a polêmica estabelecendo este nexos, de fundamental importância, entre as propostas de Bernstein (que ele apresenta como voltadas para a transformação da social-democracia alemã num partido reformista democrático) e as posições de *Rabócheie Dielo*, contrárias à subordinação da atividade prática sindical à intervenção política do partido. O autor estabelece esta equivalência a partir daquilo que ele identifica como um mesmo resultado de duas orientações aparentemente distintas (uma, de Bernstein, que propõe a revisão do marxismo; outra, do *economicismo* russo, que guarda semelhanças importantes com a ortodoxia marxista): o *revisionismo* de Bernstein aponta no sentido de um programa de reformas, voltado para a melhoria gradual das condições de vida do proletariado, sem colocar em xeque, ao menos num futuro próximo, a ordem capitalista ou seus fundamentos básicos; o *economicismo*, ao concentrar suas atenções na política estritamente sindical, propondo uma ação política que deriva diretamente do “mundo do trabalho”, termina por também abrir mão da transformação dos fundamentos da sociedade capitalista, uma vez que a política derivada do sindicalismo é uma política voltada para a regulamentação e a redução da exploração e não para a sua supressão. Em outras palavras, ao definir ambas as posições como “oportunistas”, Lênin está utilizando um termo da época para se referir a orientações que mais tarde receberiam o rótulo de “reformistas”¹.

Ele nos diz, sobre Bernstein:

A social-democracia deve transformar-se, de partido da revolução social, em um partido democrático de reformas sociais. Bernstein apoiou esta reivindicação política com toda uma bateria de “novos” argumentos e considerações bastante harmoniosamente combinados. Foi negada a possibilidade de fundamentar cien-

¹ É curioso observar que, em 1902, Lênin aponta o “oportunismo” de Bernstein e de *Rabócheie Dielo* e busca referências positivas, como veremos adiante, junto à tradição da Segunda Internacional e a Kautsky. Mais tarde, após o apoio da maior parte dos grandes partidos daquele organismo (em especial o SPD) à votação dos créditos de guerra em 1914, a Segunda Internacional será o alvo preferencial das acusações de oportunismo, por parte de Lênin e também de importantes lideranças mencheviques, como Martov. Kautsky, por sua vez, será um ardoroso crítico da Revolução de Outubro, por ele acusada de pretender *subverter as leis históricas* descobertas por Marx e que estabeleciam um cronograma preciso de etapas para que se pudesse chegar ao socialismo. Os pressupostos políticos do *Que fazer?* somente mostrariam todas as suas consequências anos após sua primeira publicação. Seus adversários, da mesma forma, somente poderiam ser identificados plenamente, mais tarde. Mesmo por Lênin.

tificamente o socialismo e de demonstrar, desde o ponto de vista da concepção materialista da história, sua necessidade e inevitabilidade; foi negado o fato da miséria crescente, da proletarianização e da exacerbação das contradições capitalistas; foi declarado inconsistente o conceito mesmo de *'objetivo final'* e rechaçada em absoluto a ideia de ditadura do proletariado; foi negada a oposição de princípios entre o liberalismo e o socialismo; foi negada a *teoria da luta de classes*, pretendendo que ela não é aplicável a uma sociedade estritamente democrática, governada conforma a vontade da maioria etc. (Lênin, 1977: 114-115)².

E, mais adiante, sobre o economicismo russo:

(...) toda concessão à espontaneidade do movimento operário, todo rebaixamento do 'elemento consciente', do papel da social-democracia, equivale – *de forma absoluta, independentemente da vontade de quem o faça* – a fortalecer a influência da ideologia burguesa sobre os operários. Todos os que falam de 'superestimação da ideologia', de exagero do papel do elemento consciente etc., imaginam que o movimento puramente operário pode por si só elaborar e elaborará uma ideologia independente, logo que os operários 'arranquem seu destino das mãos dos dirigentes'. Mas isto é um erro crasso (Lênin, 1977: 143).

Estão estabelecidos, portanto, os laços de parentesco entre os “oportunistas” russo e bernsteiniano³. Este parentesco se assenta, no fim das contas, na aceitação dos limites da política burguesa (mesmo que seja em sua forma sindicalista). Mas qual é a fundamentação última da ideia de que a política sindicalista está essencialmente confinada aos limites estabelecidos pela sociedade burguesa? A resposta a esta questão é a chave da heterodoxia de Lênin, em relação à tradição marxista: a classe operária, quando tomada dentro dos limites das formas associativas de ação política, é incapaz de produzir a teoria da sua própria emancipação. Seu horizonte é o da luta por melhores condições de vida e à tomada de consciência da possibilidade de mudar o “atual estado de coisas” não corresponde, de forma automática, à consciência da possibilidade de superação da essência mesma deste estado de coisas, ou seja, a produção de valor, através do trabalho, e sua apropriação privada.

² A tradução rudimentar do espanhol é nossa. Os grifos são do autor.

³ Isto indica que, já em 1902, Lênin não acreditava tão ferreamente que suas proposições se restringiam ao caso russo. Ao fazer esta associação, Lênin universaliza seu argumento ao mesmo tempo em que torna implícita a ideia de que a defesa das fronteiras frouxas entre partido e classe corresponde, necessariamente, a uma postura não-revolucionária no que diz respeito à estratégia. Sabemos de que maneira isto indignou marxistas revolucionários não-leninistas, em especial Rosa Luxemburg.

⁴ Strada (1985) atribui a insistência de Lênin sobre a importância da ação política do partido de vanguarda a uma herança da tradição *narodnik*.

A possibilidade de superação da ordem burguesa pressupõe uma intervenção essencialmente *política*⁵, uma vez que é política a forma utilizada pela burguesia para manter o *status quo*. A política deve ser entendida aqui, essencialmente, como a luta pelo poder em seu sentido mais pleno. Lênin não nega os aspectos políticos da luta sindical, mas aponta suas limitações, exatamente na medida em que ela não tem por objetivo a luta em torno da questão do poder. O Estado (seja ele burguês ou semi-feudal) configura a unidade de classe em torno da preservação de uma ordem opressiva. É necessário um vigoroso instrumento de luta política (identificado com os objetivos da classe operária⁵, mas nunca restrito a ela ou preso ao seu programa imediato) para contrarrestar a força do aparato político repressivo e dirigir o proletariado na luta pelo socialismo. Este instrumento é o partido de vanguarda.

Para Lênin, o aparato teórico indispensável para que a luta política atinja o plano necessário para se tornar luta pelo poder não nasce no interior da própria classe operária, deve ser introduzido de fora. Aqui chegamos ao núcleo da diferenciação do autor para com a tradição marxista até ali: a política revolucionária não é o resultado “natural” do desenvolvimento da luta de classes; a classe operária não a produz por si só; logo, a inexorabilidade do advento do comunismo está em xeque. Se a política revolucionária precisa ser introduzida desde fora (desde a intelectualidade pequeno-burguesa progressista, claro está), devemos então concluir que ela é produzida *fora do mundo dos interesses econômicos particularistas* e com um importante grau de autonomia com relação a este mundo.

Lênin recorre a Kautsky (sua principal referência teórica viva e uma das mais respeitadas autoridades acerca do marxismo naquele momento) para legitimar a ideia de que a teoria revolucionária se origina fora da classe operária, no que parece ser uma utilização abusiva do autor alemão, que refere-se à introdução da teoria desde fora. Mas nada diz sobre a necessidade imperativa da submissão da classe às suas injunções. Bensaïd (2000) acusa uma tradução abusiva de Kautsky por Lênin: o termo “ciência” por “consciência política”.

A política, portanto, possui um lugar próprio, que escapa ao conceito de determinação. E não há dúvida de que o espaço reservado por Lênin é decisivo, mas também restrito e imperativo.

Já que não se pode nem falar de uma ideologia independente, elaborada pelas próprias massas operárias no curso de seu movimento, o problema se apresenta somente da seguinte forma: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há termo médio (pois a humanidade não elaborou nenhuma ‘terceira’ ideologia; ademais, em geral, na sociedade dividida pelas contradições de classe, não pode

⁵ Tais como interpretados pelo partido, está claro.

jamais existir uma ideologia à margem das classes ou acima das classes). Por isso, tudo o que leve ao rebaixamento da ideologia socialista, tudo o que se distancia dela equivale a fortalecer a ideologia burguesa. Fala-se na espontaneidade. Mas o desenvolvimento espontâneo do movimento operário marcha precisamente em direção à sua subordinação à ideologia burguesa (...). pois o movimento operário espontâneo é trade-unionismo (...) e o trade-unionismo implica precisamente na escravização ideológica dos operários pela burguesia. Por isso, nossa tarefa, a tarefa da social-democracia, consiste em combater a espontaneidade, fazer com que o movimento operário abandone esta tendência espontânea do trade-unionismo de se aninhar sob a asa da burguesia e atraí-lo para a asa da social-democracia revolucionária (Lênin, 1977: 145).

As consequências que Lênin extrairá dessa inovação teórica serão extremamente ricas. Num sentido fundamental, porém, ela produziu controvérsias que mesmo hoje ainda não se esgotaram. A última das passagens citadas aponta numa direção prenhe de potencialidades autoritárias. A classe operária, como vemos no final do trecho citado, está diante de duas opções únicas e excludentes: a aceitação da direção burguesa (política sindical) ou da direção socialista (política revolucionária). De qualquer forma, percebe-se que o espaço para uma ação autônoma da classe é reduzido (ou inexistente). Mesmo matizado em textos posteriores, este aspecto das formulações de Lênin será sempre marcado por um conteúdo *dirigista* significativo (aí encontramos a motivação das acusações de “substitucionismo”, lançadas por Trotsky).

É importante frisar que se, por um lado, as ideias de Lênin, acerca do lugar da política expressas no *Que fazer?*, parecem possuir um caráter universal, por outro, ele procura circunscrever as derivações organizativas à especificidade do caso russo (e isto é especialmente verdade no que tange às proposições mais duras, hierarquizantes, que são justificadas como adequadas a um país autocrático, onde tanto o movimento operário quanto a social-democracia agem, em larga medida, na clandestinidade).

As possibilidades de que se constitua uma “ampla democracia” no interior do movimento social-democrata russo são definitivamente rechaçadas por Lênin, com base no argumento da especificidade da autocracia russa: a clandestinidade impede que se observem dois princípios fundamentais de uma organização democrática, quais sejam, o caráter público de seu funcionamento e a elegibilidade de todos os cargos de direção. Ao fazer a defesa desta ideia, acreditamos que Lênin evidencia (quando olhamos em perspectiva) uma certa inconsciência da novidade teórica que ele mesmo introduzia, ao mesmo tempo em que já deixava antever que aquilo que ele pensava ser “especificamente russo” no funcionamento do partido talvez devesse possuir um alcance mais amplo do que isso. Lênin utiliza, como referência de partido democrático, o partido alemão, que naquele

momento contava com sua mais ampla simpatia, e aponta o artigo primeiro dos estatutos do SPD como revelador de seu caráter público: “Considera-se membro do partido todo aquele que aceita os princípios de seu programa e ajuda o partido na medida de suas forças” (Lênin, 1977: 230).

Pois bem, já em 1902, no *Que fazer?*, e sabemos que pouco mais adiante, com maior ardor e com as consequências conhecidas, Lênin enfatizará a importância de restringir a caracterização do membro efetivo do partido, reservando-a para aqueles que participam de suas organizações, em algum nível. Parece, a princípio, tratar-se de uma proposição que se adequa às injunções locais. Parece, além disso, que a questão é de pouca importância e somente ganha repercussão em função de sua articulação com outras divergências surgidas ao longo do II Congresso do POSDR. Em *Um passo em frente, dois passos atrás*, Lênin julga a polêmica em torno do “Artigo 1º” dos estatutos como desproporcional ao seu real conteúdo. Deutscher segue sua opinião nesse sentido (1968: 91-95).

Contudo, se olharmos mais de perto para esta questão, estaremos diante de um elemento chave para a compreensão do conjunto do pensamento de Lênin: a restrição à condição de membro do partido é indispensável para que este se delinee diante da classe. E a separação entre classe e partido é indispensável, por seu turno, para que se configure um sujeito político capaz de agir “fora da esfera das relações entre operários e patrões”⁶.

Acreditamos que o grau de diferenciação destes postulados em relação à concepção de Marx sobre a história é de muito maior alcance do que Lênin foi capaz algum dia de admitir. Ora, se a classe operária não produz, a partir da sua própria experiência, o instrumental político e ideológico necessário à superação do estado de submissão em que se encontra, e este aparato precisa ser introduzido de fora (mas não apenas introduzido; é necessário que a classe efetivamente se submeta aos determinantes da direção política), temos então que a política não “brota” do econômico. Mais que isso: a dinâmica da luta de classes não produz a superação da ordem. Para tanto é necessário um agente político. Isso se distancia, por exemplo, do Marx e do Engels do *Manifesto do Partido Comunista*, para os quais a classe se torna partido, como decorrência direta de sua experiência de enfrentamento com os patrões⁷.

⁶ Registre-se que, na referida polêmica sobre os critérios de participação no POSDR, ninguém – nem mesmo os “economicistas” Akímov e Martínov – propõe que a origem de classe seja adotada como referência. A possibilidade de integração está associada, antes de qualquer coisa, ao compromisso com o programa político do partido. Veremos que, no caso do PT, no momento de sua fundação, para muitos dos atores que dela participaram a concordância com as definições políticas deve perder relevância em favor da identidade de classe.

⁷ Bensaïd (2008), dentre outros autores, sustenta a existência dessa importante distinção entre Marx e Lênin, no que diz respeito à relação entre as esferas econômica e política.

A Herança Iluminista

A crítica de Lênin ao *economicismo* é uma crítica ao particularismo de um segmento social específico. No caso, ao particularismo da própria classe operária, incapaz, por sua própria conta, como observa o autor, de se libertar do lugar que ocupa na sociedade burguesa, por um lado, e de adotar um projeto societário alternativo de caráter universal, por outro⁸. Mais tarde, Gramsci se referiria à passagem do momento *econômico-corporativo* (no qual apenas os seus interesses específicos enquanto classe, no interior da sociedade capitalista estão configurados em sua ação organizada) ao momento *ético-político* (no qual a classe se torna portadora de um projeto societário universal) como catarse e atribuiria ao partido (nos moldes pensados por Lênin) um papel central nessa passagem (Gramsci, 2000).

O particularismo, entendido como uma forma de agir política e socialmente, de maneira organizada, em defesa de interesses específicos e desvinculado de um projeto societário comum, é equivalente, em termos gerais, ao corporativismo. O corporativismo (econômico, social, identitário) não objetiva a superação de uma ordem social e a edificação de uma nova, mas o atendimento de reivindicações consoantes com a ordem social existente. Como vimos com Lênin, o particularismo não é percebido apenas na ação dos movimentos que, hoje, chamaríamos de “novos” ou de movimentos “identitários”. Ele pode perfeitamente bem caracterizar a ação da própria classe operária.

Lênin não apenas afirma que a teoria socialista vem “de fora” da classe operária. Ele deriva desse postulado consequências políticas fortes, em termos de organização e em termos do papel do partido, tido como o elemento de condensação da teoria e da ideologia revolucionárias. Nesse movimento, Lênin se inscreve de forma inequívoca na tradição originada com os elementos mais radicais do Iluminismo, em especial figuras como Rousseau e Diderot. Ora, de onde vem essa teoria que o partido empunhará? Vem dos segmentos de intelectuais, pequenos burgueses, radicalizados em sua crítica à sociedade capitalista. E, se é verdade que a ideologia e a teoria socialistas foram evidentemente influenciadas por séculos de experiências de lutas populares pré-capitalistas, não é menos verdade que, enquanto projeto societário, elas são o fruto de elaborações de teóricos pequeno-burgueses, herdeiros das tradições do Iluminismo, como Marx e Engels.

⁸ Hobsbawm (1996) chama atenção para o fato de que a política dos socialistas e comunistas nunca foi propriamente classista ou marcada por uma identidade de classe forte. Sempre foi plural, em termos societários.

Herdeiros obviamente, ainda que indiretos, das versões mais radicais do Iluminismo, aquelas voltadas para um ideal de emancipação universal. Marx, Engels e os pensadores socialistas, comunistas e anarquistas do século XIX herdaram e aprofundaram uma tradição originada no século XVIII que, partindo da crítica à propriedade privada, desemboca na proposição de uma forma de poder popular (Rousseau, no *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens e no Contrato Social*) e também crítica de forma dura o colonialismo europeu, com base na ideia de que os costumes de todos os povos do mundo são igualmente legítimos, dada a existência de uma igualdade fundamental característica a toda a humanidade (Diderot, nos *Suplementos às Viagens de Bougainville*)⁹. Essa mesma tradição igualitária foi apropriada por movimentos de mulheres no século XIX, e por eles aprofundada.

Esse tronco comum é reconhecido, portanto, por parcelas muito significativas dos movimentos revolucionários do fim do século XIX e início do século XX: junto à crítica à sociedade capitalista, uma crítica dura ao colonialismo europeu e também à dominação sobre a mulher. Os revolucionários russos de 1917, juntamente com o projeto de transformação das relações de propriedades, professam também a convicção de que é necessário estabelecer a igualdade entre homens e mulheres e respeitar o direito de todos os povos do mundo à autodeterminação. Ambas as questões foram objeto de políticas ousadas por parte do governo revolucionário soviético, seja no que diz respeito à busca de relações diplomáticas equitativas e à denúncia do caráter imperialista da Primeira Guerra, seja na construção de mecanismos de combate às formas diferenciadas de trabalho entre homens e mulheres, como as creches e os restaurantes públicos, além da legalização do aborto¹⁰.

⁹ Wood (2012) defende a tese de que não existe de fato uma diferença entre um Iluminismo radical e outro moderado. A autora sustenta que o Iluminismo francês, ainda que burguês, não é capitalista, ao contrário do britânico. As revoluções no campo do pensamento, na Inglaterra, de acordo com esse raciocínio, estariam associadas à busca por eficiência na geração de lucro, enquanto, na França, teria sido produzido um campo mais amplo de crítica social e política. De qualquer forma, parece-nos fazer sentido distinguir a radicalidade da crítica de um Rousseau, por exemplo, daquela de um Montesquieu.

¹⁰ Sobre a questão das mulheres nas políticas bolcheviques pós-revolução, ver Goldman (2014); com relação ao direito à autodeterminação dos povos, ver Deutscher (1968).

Conclusão

A vocação *hegemônica* (no sentido gramsciano do termo) dos Bolcheviques esteve sempre associada à sua capacidade de articular um projeto que ultrapassasse as fronteiras da classe operária, que fosse capaz de vocalizar interesses e visões de mundo de homens e mulheres, russos e não-russos, camponeses e operários, além de importantes segmentos das camadas médias. Um elemento central para que esse projeto comum fosse construído foi precisamente a recusa a reduzir a ação organizada do partido à expressão dos interesses específicos da classe operária.

A orientação firmemente universalista dos Bolcheviques é parte determinante do sucesso da Revolução Russa e também do papel fundamentalmente progressista que a União Soviética exerceu sobre o mundo ao longo de toda a sua existência, ainda que, em muitos momentos, de forma profundamente contraditória. A denúncia do imperialismo e o lugar central das mulheres na construção do socialismo soviético (bem como no enfrentamento ao nazismo, durante a Segunda Guerra Mundial) são uma parte expressiva dessa herança.

O debate político contemporâneo marca uma inversão nos termos em que a questão entre o *particular* e o *universal* estava posta, nas circunstâncias da Revolução Russa: em tempos de domínio ideológico liberal, o tema do interesse específico sobrepuja os objetivos comuns potenciais, nas relações sociais e no interior da esquerda. A reversão dessa relação deve ser o objetivo primordial daqueles que ainda se identificam com os valores da Revolução Russa. Sem essa reversão, sem que se trave esse combate fundamental por *hegemonia*, não haverá novos outubros.

Bibliografia

- BBENSAÏD, Daniel (2008). *Os irredutíveis: teoremas da resistência para o tempo presente*. São Paulo: Boitempo.
- _____ (2000). Lenin e a política do tempo partido. In: BENSAÏD, Daniel e LÖWY, Michael. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã.
- CLAUDÍN, Fernando (1986). *A Crise do Movimento Comunista*. 2 vols. São Paulo: Global.
- DEUTSCHER, Isaac (1968). *O profeta armado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GOLDMAN, Wendy (2014). *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo: Boitempo.

- GRAMSCI, Antonio (2000). *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- HOBBSBAM, Eric (1996). Identity Politics and the Left. *New Left Review*, n. 217, Londres.
- LÊNIN, Vladimir Ilitch (1977). Qué Hacer? In: STRADA, Vittorio (org.). *Qué Hacer?: teoría y práctica del bolchevismo*. México: Ediciones Era.
- _____ (1979). Um passo em frente, dois passos atrás. In: *Obras Escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega.
- STRADA, Vittorio (1985). Lênin e Trotsky. In: HOBBSBAM, Eric (org.). *História do Marxismo*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- WOOD, Ellen (2012). *Liberty and Property*. Londres: Verso.